

MPPR	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	13/08/2013
<b>COMITÊ DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS</b>		

Unidade Responsável: Procuradoria-Geral de Justiça
--

### 1. Dados Gerais:

Reunião Ordinária
13/08/2013 / 14 horas
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

### 2. Pauta da Reunião:

<i>1) Proposta do Regimento Interno do Comitê;</i>
<i>2) Apresentação do Projeto de Enfrentamento à Drogadição do Ministério Público do Estado do Paraná;</i>
<i>3) Assuntos Gerais:</i>
<i>3.1. Fixação de data para reuniões mensais;</i>
<i>3.2. Programa Paranaense de Enfrentamento à Dependência de Drogas Lícitas e Ilícitas “Paz Paranaense”;</i>
<i>3.3. Plano Plurianual Municipal – prazo agosto/13;</i>
<i>3.4. Outros assuntos.</i>

### 3. Participantes:

<b>1)</b> Gilberto Giacoia - Procurador-Geral de Justiça – Presidente do Comitê do Ministério Público do Estado do Paraná de Enfrentamento às Drogas;
<b>2)</b> Cristina Corso Ruaro – Promotora de Justiça – Coordenadora do Comitê do Ministério Público do Estado do Paraná de Enfrentamento às Drogas;
<b>3)</b> Olympio de Sá Sotto Maior Neto – Procurador de Justiça – Coordenador do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos – Membro da Comissão Permanente de Direitos Humanos – COPEDH/GNDH/CNPG;
<b>4)</b> Marco Antonio Teixeira – Procurador de Justiça – Coordenador do CAOP de Proteção à Saúde – Membro da Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS/ GNDH/CNPG;
<b>5)</b> Vani Antonio Bueno - Procurador de Justiça - Coordenador do CAOP das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais;
<b>6)</b> Adolfo Vaz da Silva Junior - Procurador de Justiça - Coordenador do CAOP da Criança e do Adolescente e da Educação;
<b>7)</b> Rosana Beraldi Bevervanço - Procuradora de Justiça – Coordenadora do CAOP de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência – Membro da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idoso – COPEDPDI/GNDH/CNPG;
<b>8)</b> Claudia Cristina Rodrigues Martins Madalozo – Promotora de Justiça do Núcleo de Gênero e

MPPR	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	13/08/2013
<b>COMITÊ DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS</b>		

Unidade Responsável: Procuradoria-Geral de Justiça
--

<p>Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do CAOP das Promotorias de Direitos Constitucionais - Membro da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID/GNDH/CNPG;</p> <p><b>9)</b> Hirminia Dorigan de Matos Diniz – Promotora de Justiça – Membro da Comissão Permanente de Defesa da Educação – COPEUC/GNDH/CNPG;</p> <p><b>10)</b> Murillo José Digiácomo – Promotor de Justiça – Membro da Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ/GNDH/CNPG;</p> <p><b>11)</b> Fernanda Nagl Garcez – Promotora de Justiça;</p> <p><b>12)</b> Elaine Mara Vistuba Kawa – Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão – DPG;</p>
--

#### **4. Resumo da Reunião**

<p>Os trabalhos foram abertos pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacoia, que enfatizou a relevância da temática do enfrentamento à drogadição para a sociedade brasileira, bem como a importância da atuação do Ministério Público do Estado do Paraná como agente transformador da realidade social. Em seguida, foi dada a palavra à Coordenadora do Comitê, Promotora de Justiça Cristina Corso Ruaro, que relatou o trabalho desenvolvido em conjunto com a Subprocuradoria-Geral de Planejamento Institucional, com a participação do Procurador de Justiça Bruno Sergio Galatti e da Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão – DGP, Elaine Kawa, em reuniões realizadas com diversos setores públicos e privados para coleta de informações sobre o panorama do enfrentamento às drogas no Estado do Paraná. Informou, também, que na última reunião do Comitê foi deliberado pela participação do Ministério Público do Paraná no “<i>Curso de Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas</i>”, elaborado e oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, em parceria com a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça e as Faculdades de Medicina e de Direito da Universidade de São Paulo – USP, voltado também para Juízes e Promotores de Justiça, contudo, não foi possível dar cumprimento a tal deliberação diante do fato de que não houve até o presente momento oferecimento do Curso pela SENAD, ressaltando que a Coordenadoria está mantendo contato freqüente com a Secretaria para viabilizar a participação dos membros e servidores do Ministério Público em tal curso. Na sequência, passou à exposição sobre o Projeto de Enfrentamento à Drogadição proposto para implementação no Ministério Público do Paraná, dando cumprimento à estratégia de atuação estabelecida pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG em maio/2012, com a implantação de Comitês Estaduais. Durante a reunião, foram destacadas as seguintes questões: <b>1)</b> A necessidade de estabelecer o Regimento Interno do Comitê, havendo sido entregue minuta aos membros presentes para análise e deliberação na próxima reunião (<b>02/09/2013</b>); <b>2)</b> O Procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, representante da Comissão Permanente de Direitos Humanos – COPEDH/GNDH/CNPG sugeriu que a denominação do Projeto incluísse o enfrentamento ao álcool, que tem sido o motivo desencadeador de inúmeros processos tanto de natureza criminal quanto cível. O Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo sugeriu a inclusão do enfrentamento ao crack na denominação do Projeto. As sugestões foram acatadas pelos membros presentes na reunião, passando o projeto a ser denominado “<i>Projeto de Enfrentamento ao Álcool, Crack e Outras Drogas</i>”; <b>3)</b> A Procuradora de Justiça Rosana</p>
--

MPPR	ATA DE REUNIÃO	13/08/2013
COMITÊ DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS		

Unidade Responsável: Procuradoria-Geral de Justiça
--

Beraldi Bevervanço, representante da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idoso – COPEDPDI/GNDH/CNPG, sugeriu que o termo “*sensibilização*” não deveria ser utilizado no projeto, porque no seu entender não basta a sensibilização, mas faz-se necessária a atuação efetiva dos agentes ministeriais. A Coordenadora do Comitê ponderou que a utilização do termo *sensibilização* objetivava justamente a motivação dos membros e servidores do Ministério Público para enfrentamento do tema e desencadeamento de ações integradas. Concluiu-se pela substituição do termo “*sensibilização*” por “*motivação*” como produto do Projeto. A Procuradora de Justiça ressaltou, ainda, que nas questões envolvendo idosos é imprescindível o olhar voltado para sua proteção diante do fato de que são costumeiramente vítimas da violência praticada por parentes envolvidos com dependência química, elogiando a previsão existente no projeto neste aspecto; **4)** A Promotora de Justiça Claudia Cristina Rodrigues Martins Madalozo, representante da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID/GNDH/CNPG, destacou a necessidade de unificação do entendimento entre as diversas Promotorias especializadas para viabilizar a identificação da demanda da Instituição, exemplificando que na área de combate à violência doméstica aproximadamente 70% dos agentes processados são dependentes químicos, que necessitariam de internamento/tratamento, todavia essa providência vai de encontro com o entendimento da Promotora Saúde, que entende que adentraríamos no papel do gestor. A Promotora asseverou que o levantamento da demanda possibilitará a definição do foco de atuação do Comitê, que terá de optar pela concentração de maiores esforços em políticas preventivas ou em questões atinentes ao tratamento; **5)** A Promotora de Justiça Hirminia Dorigan de Matos Diniz, representante da Comissão Permanente de Defesa da Educação - COPEduc/GNDH/CNPG, informou que o Estado do Paraná tem-se destacado na participação nos cursos de capacitação de professores promovidos pela SENAD, ocupando em torno de 7 mil vagas oferecidas para o “*Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*”; **5)** O Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo, representando a Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ/GNDH/CNPG, fez uso da palavra para consignar que o papel institucional do Ministério Público do Estado do Paraná exige a atuação para o cumprimento da legislação, devendo ser priorizado o estabelecimento de políticas públicas interssetoriais para o enfrentamento do tema. Além disso asseverou que os membros do Ministério Público precisam interferir no orçamento dos Municípios, cobrar a implementação dos Conselhos Antidrogas e da política sobre drogas, tanto judicial quanto a extrajudicialmente. Sugeriu, também, que se desenvolvesse um *Manual de Atuação Funcional* no enfrentamento à drogadição, com a colaboração das experiências das diversas áreas especializadas. A Coordenadora Cristina Corso Ruaro ressaltou que foi previsto como produto do Projeto a realização do “*Curso de Integração de Atribuições no Desempenho das Atividades Ministeriais com Usuários e Dependentes de Drogas*”, que pressupõe a confecção de material e que poderia ser o Manual sugerido, o qual viria a complementar o Curso oferecido pela SENAD ou supri-lo caso não seja oferecido. Os integrantes do Comitê concluíram favoravelmente pela formulação do Manual com a colaboração de todas as especializadas; **6)** O Procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Netto, ponderou que o Comitê de Enfrentamento às Drogas deve priorizar o desenvolvimento de ações concretas, como a implementação de um projeto piloto, tal qual o desenhado por Porto Alegre/RS. O Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo interveio para reafirmar a necessidade de cobrar a implementação dos Conselhos Municipais, salientando que, quanto aos projetos apresentados pelos órgãos da administração pública, os quais são, em sua maioria, precários, como informado pela Coordenadora do Comitê, com base em informações obtidas junto ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, deve o membro do Ministério Público atuar apresentando alternativas ao projeto original,

MPPR	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	13/08/2013
<b>COMITÊ DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS</b>		

Unidade Responsável: Procuradoria-Geral de Justiça

para adequá-lo e viabilizar a obtenção de recursos; **7)** O Procurador de Justiça Marco Antonio Teixeira, representando a Comissão Permanente de Saúde - COPEDS/GNDH/CNPG, sugeriu a alteração da composição do Comitê, contemplando a inclusão de representantes do CEAF, do Patrimônio Público, da área Cível e da Promotoria das Comunidades, tendo o Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo sugerido, ainda, que fosse integrada ao Comitê a Corregedoria-Geral do Ministério Público. A alteração da composição do Comitê será objeto de avaliação na próxima reunião, quando da análise do Regimento Interno; **8)** O Procurador de Justiça Marco Antonio Teixeira, reportando-se ao diagnóstico institucional proposto no Projeto, relatou a experiência do CAOP da Saúde na realização de avaliações dirigidas aos Promotores de Justiça, informando que poucos colaboram com respostas, motivo de sua preocupação quanto ao estabelecimento do diagnóstico institucional como um dos objetivos/produtos esperados do Projeto. A mesma ponderação foi feita pelo Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo no que concerne à experiência da área da infância e juventude. Sugeriu-se a elaboração do diagnóstico com base em um questionário sobre a matéria de drogadição, formulado com a colaboração das diversas especializadas, documento que seria encaminhado aos Promotores pela Coordenadoria do Comitê, considerando que se trata de um Projeto do Ministério Público e não dos CAOP's. O Procurador de Justiça Marco Antonio Teixeira frisou ainda que é essencial trabalhar em rede, envolvendo reuniões regionais com a participação de Conselheiros, bem como há que se identificar os "vazios assistenciais", o que poderia ser obtido com o levantamento estatístico formulado por cada área especializada. Ressaltou que é fundamental que se trabalhe com objetivos mais singelos e desta forma mais aptos a gerar resultados. Por outro prisma, enfatizou que a busca da ampliação de vagas pressupõe o aumento do número de médicos-psiquiatras, que hoje é limitado; **9)** Com relação ao Projeto do Governo do Estado denominado "Paz Paranaense", a Coordenadora do Comitê ressaltou que o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas já apresentou um parecer avaliatório à SEJU, concluindo pela impossibilidade de aprovação do Decreto nos termos apresentados. Os membros do Comitê apontaram diversos pontos questionáveis no Decreto. O Procurador de Justiça Marco Antonio Teixeira sugeriu que houvesse alguma intervenção do Ministério Público, inclusive para que se garantisse a prévia análise de seu teor pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, haja vista as implicações no Sistema Único de Saúde, o que foi aprovado pelo Comitê; **10)** Não houve tempo hábil para abordagem do item relativo ao *Plano Plurianual Municipal*, havendo sido ponderado pela Promotora de Justiça Hirminia Dorigan de Matos Diniz que o prazo para os Municípios o encaminharem a Câmara de Vereadores finaliza no final de agosto; **11)** Finalmente, deliberou-se pela realização de reuniões mensais do Comitê, fixadas na **primeira segunda-feira de cada mês**, sendo a próxima reunião no dia **02/09/2013**, às **14 horas**; **12)** Fixou-se o prazo até o dia **23/08/2013** para que os membros do Comitê encaminhem à Coordenadoria as sugestões de modificação do Projeto de Enfrentamento ao Álcool, Crack e Outras Drogas e do Regimento Interno do Comitê ao e-mail: [cedamp@mp.pr.gov.br](mailto:cedamp@mp.pr.gov.br), para que as sugestões possam ser previamente compiladas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, \_\_\_\_\_ Letícia Soraya Gonçalves, Assessora PGJ, lavrei a presente ata.

MPPR	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	13/08/2013
<b>COMITÊ DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS</b>		

Unidade Responsável: Procuradoria-Geral de Justiça
--

### **5. Assinatura dos Participantes:**

*Gilberto Giacoia*  
*Procurador-Geral de Justiça*  
*Presidente do Comitê*

*Cristina Corso Ruaro*  
*Promotora de Justiça*  
*Coordenadora do Comitê*

*Olympio de Sá Sotto Maior Neto*  
*Procurador de Justiça*

*Marco Antonio Teixeira*  
*Procurador de Justiça*

*Rosana Beraldi Beveranço*  
*Procuradora de Justiça*

*Vani Antonio Bueno*  
*Procurador de Justiça*

*Murillo José Digiácomo*  
*Promotor de Justiça*

*Hirminia Dorigan de Matos Diniz*  
*Promotora de Justiça*

*Claudia Cristina Rodrigues M. Madalozo*  
*Promotora de Justiça*